

Sarney preserva sua autoridade

Ricardo Noblat

A demissão do ministro Paulo Roberto Camarinha, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, foi um ato de reafirmação da autoridade do presidente da República. Não restou outra saída ao presidente José Sarney. Fazer de conta que nada de grave ocorrera, equivaleria à renúncia de autoridade, alcançada pela entrevista concedida, anteontem, pelo voluntarioso brigadeiro. O que disse Camarinha não atingiu, apenas, a política econômica dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista Abreu.



Como responsável, em última instância, por tudo de bom ou de mau que produza o governo, foi o presidente o principal atingido pelas críticas do ministro ao decreto que congelou o reajuste salarial dos funcionários públicos nos meses de abril e maio. Saem fortalecidos do episódio o próprio presidente Sarney e a terapia aplicada à economia pelos ministros da Fazenda e do Planejamento. O brigadeiro Camarinha não sairá mal — pelo menos junto aos seus comandados e a sua consciência.

Disse o que pensava — e o que pensa, possivelmente, a maioria dos servidores públicos escolhidos para pagar parte do preço da irresponsabilidade de um Estado perdulário. A demissão do brigadeiro deverá servir para arrefecer as pressões dos que tentam, fora e dentro do governo, enfraquecer a política de contenção de gastos e de combate ao déficit público. O presidente Sarney poderia aproveitar a demissão de Camarinha para exorcizar alguns riscos que ameaçam essa mesma política.

Poderia, por exemplo, endurecer no caso da emenda ao projeto de Constituição que pretende anistiar a dívida contraída por pequenos e médios empresários urbanos e rurais durante o período do plano cruzado. Em reunião, no fim da tarde de anteontem, com os ministros da área econômica e com as lideranças do governo no Congresso, Sarney concordou com a idéia de um projeto de lei que fixa em 50 milhões de OTNs o limite para o perdão da dívida. Os bancos arcariam com 30 a 35% desse montante.

O resto, caberia ao Estado — uma despesa que o ministro da Fazenda calcula em torno de 40 milhões de dólares. É necessário oferecer alguma coisa que dê aos constituintes um pretexto para derrotar a emenda, concluíram o presidente e seus conselheiros. Por que Sarney não

experimenta nada oferecer e mobilizar os que são fiéis ao governo na Constituinte? Os que se dizem simpáticos à emenda, dificilmente somam os 280 votos necessários para aprová-la.

Parte da esquerda do PMDB, todo o PDT e o PT, e os dissidentes do PFL votarão contra. Não será possível ao governo amealhar entre os moderados e conservadores da Constituinte o que faltar em número de votos para sepultar a emenda de vez? Não lhe será possível conseguir, pelo menos, que uma fatia de constituintes se ausente do plenário da Assembléia na hora da votação? O recurso foi utilizado, com êxito, para impedir a aprovação da emenda que marcava para novembro próximo a eleição de governador do Distrito Federal.

Algumas das vozes que assustam Sarney com a perspectiva de aprovação da emenda estão, de um lado, entre as que costumam assessorá-lo — e, de outro, entre as que mais se comprometeram com os pequenos e médios empresários em fazer a emenda passar. No mínimo, são suspeitas. Ouça o presidente vozes mais isentas e avalie melhor as chances de uma emenda que resulta da visão distorcida dos que imaginam ser o Estado capaz de pagar todas as contas. O Estado não paga nada — pagam os contribuintes que não dispõem de recursos para driblar o fisco.

“É muito grave” — na quinta-feira, às 16h, quando despachava, normalmente, com o presidente Sarney, o ministro Mailson da Nóbrega desconhecia os termos da entrevista dada pelo brigadeiro Camarinha à EBN. Sarney nada lhe falou na ocasião. De volta ao Ministério, Mailson recebeu, pouco depois, telefonemas dos ministros Ronaldo Costa Couto, Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana. Só então soube da tempestade que se armara sobre a sua e a cabeça do ministro do Planejamento.

Antônio Carlos o advertiu: “Já leu? É muito grave.” Mailson requisitou uma cópia da entrevista e a leu sozinho em seu gabinete. Às 18h30min, retornou ao palácio do Planalto para uma reunião com o presidente sobre a emenda que anistia os pequenos empresários. Nem Sarney, nem ninguém tocou no assunto da entrevista. O presidente se queixou de fortes dores na coluna. Planejava ir dormir mais cedo.

A pequena crise promovida pela entrevista de Camarinha insinuou-se no gabinete presidencial quando Sarney, depois das 19h30min, convocou para uma conversa os ministros Ivan de Souza Mendes, do SNI, e Bayma Dinis, do Gabinete Militar. Recolhido ao Palácio da Alvorada, Sarney reuniu-se depois das 21h com todos os ministros militares. A sorte de Camarinha foi selada ali.